

Curso **20**  
horas/aula

# FOREXEC 2022

## Formação Regional de Magistrados Federais em Execução Fiscal

### Programação

#### Dia 17/11

**9h às 13h20 - Unidade I** Ana Carolina Vieira de Carvalho, Juíza Federal

A judicialização do direito regulatório: os impactos das execuções fiscais ajuizadas por agências reguladoras e pelos Conselhos Profissionais, e seus respectivos embargos. Os impactos do Código de Processo Civil de 2015 nas Execuções Fiscais. A defesa do executado, à luz do Código de Processo Civil. A responsabilidade patrimonial do devedor na execução fiscal, à luz do Código de Processo Civil. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica. A imposição e cobrança de multa do depositário infiel da penhora sobre faturamento. A fixação de honorários sucumbenciais à luz do CPC 2015

**14h20 às 18h40 - Unidade II** Bianca Stamato, Juíza Federal

A penhora administrativa de bens de contribuintes em dívida ativa, instituída pela Lei 13.606/18, que alterou os artigos 20-B e 20-C da lei 10.522/02. A Portaria PGFN 33/18. A chamada "averbação pré-executória". A homologação da recuperação judicial e seus impactos nas execuções fiscais. A (im)possibilidade de inclusão dos créditos da Fazenda Pública. A atuação das Agências Reguladoras na Recuperação Judicial. Os pedidos de extinção da execução em razão da novação, e subsidiariamente, suspensão da execução, com extinção do seguro garantia, em face da homologação do plano de recuperação judicial em AGC.O CC 149.811 do STJ

#### Dia 18/11

**9h às 13h20 - Unidade III** Vanessa Simione Pinotti, Juíza Federal

A Cooperação Internacional em Execução Fiscal. Os requisitos da carta rogatória. O auxílio direto. O papel do Ministério das Relações Exteriores. Os requerimentos de apreensão de valores em contas bancárias no exterior. A Portaria Interministerial nº 501/2012. Os casos de execução fiscal decorrentes da operação "lava-jato". Outros grandes devedores

**14h20 às 18h40 - Unidade IV** Manoel Rolim, Juiz Federal

Gestão das Execuções Fiscais suspensas. O IPC-Jus. A Resolução 76/2009 do CNJ. O Relatório da Comissão instituída para o aprimoramento do IPC-Jus na 2ª Região. Relatório Final da Comissão Boas Práticas de Gestão. Técnicas de Gestão e desenvolvimento gerencial. A tramitação das execuções fiscais com base no sistema processual eproc. A migração do sistema Apolo para o sistema eproc

### Local

Sala do Tribunal do Júri - Foro Marilena Franco. Justiça Federal  
Av. Venezuela 134, 10º andar

### Público-alvo

Juizes Federais e Desembargadores Federais do TRF da 2ª Região

### Inscrições

Juizes federais da 2ª Região  
<http://www7.trf2.jus.br/cae>

Desembargadores Federais TRF2  
[cae.emarf@trf2.jus.br](mailto:cae.emarf@trf2.jus.br)

Realização

Coordenação: Juíza Federal Fernanda Duarte e Juiz Federal Vladimir Vitovsky



Credenciado na



Parte Integrante do



17 e 18 de Novembro de 2022